



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 118/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2023

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC

A Empresa **CONTARE - ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.300.204/0001-24, estabelecida na Rua Christian Scholl, nº 75 - Sala 02 no bairro Centro em Riqueza - SC, CEP 89895-000, representada por seu sócio-administrador, que esta subscreve, **EVANDRO MÁRCIO LENZ**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 899.437.169-91, contato através do telefone (49) 9 9934 3311, vem respeitosamente, na presença de vossa senhora, com fulcro no art. 109, inc. I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no item 10 do edital, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra as irregularidades verificadas na condução dos procedimentos relativos ao presente processo licitatório pela respeitável Comissão Permanente de Licitação, que resultou no impedimento da participação da empresa CONTARE ASSESSORIA no presente certame, e ainda a incorreta habilitação da empresa RG SOLUÇÕES CONTÁBEIS LTDA, pelos fatos e fundamentos que serão a seguir aduzidos:

1. DA ADMISSIBILIDADE

O presente recurso é cabível, considerando o exposto no art. 109, inc. I da Lei 8.666/1993 e item 10 do edital. Ainda, consta na ata da sessão de habilitação do certame que houve a intenção de recorrer no momento da sessão, realizada pelo representante da empresa, requisito para o ato.

Ademais, o presente recurso é subscrito pelo próprio sócio administrador da empresa prejudicada, logo, existente a legitimidade e o interesse recursal.

1.1 DA TEMPESTIVIDADE

Quanto à tempestividade, verifica-se no Art. 109 da Lei 8.666/93, que o prazo de recurso é de 05 dias úteis a contar da data da sessão, o mesmo prazo ficou fixado na própria ata da sessão

Rua Christian Scholl, 75 Sala "2" Centro RIQUEZA/SC CEP: 89.895-000
CNPJ: 06.300.204/0001-24 CRC-SC 023552/O-2 Cel: (49) 9934-3311
E-mail: contadores-el@hotmail.com



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

e é o prazo previsto do edital, logo, o prazo derradeiro seria o dia 17/01/2024, com isso, tem-se que o presente recurso preenche o requisito da tempestividade.

2. DO DIREITO

2.1 DO AFASTAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME DA EMPRESA CONTARE – ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA

A empresa CONTARE - ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA foi impedida de participar do certame, por segundo constado em ata, ter protocolado os envelopes de habilitação e proposta fora do prazo estipulado do edital, que seriam as 09h do dia 11/01/2024.

Contudo, a verdade cristalina dos fatos é diferente e por isso, deve ser reanalisada, de acordo com os Princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade do ato administrativo.

O representante da empresa chegou vários minutos antes no paço municipal, autenticou os documentos necessários junto ao departamento correto, na sequência foi orientado a dirigir-se ao setor de protocolo do Município, o que prontamente fez. Lá chegando encontrou outro participante do certame que estava protocolando os seus documentos, cujo horário de conclusão constam de 08:56 e 08:58 e após este, ficou enrolando junto ao protocolo, com intuito ou não de embarçar a conclusão do nosso cadastro, pois estávamos PRESENTES HÁ MINUTOS no protocolo, a servidora começou a coleta de informações antes do horário das 09:00, contudo, o protocolo demora um certo tempo para ser realizado, visto que todos os dados precisam ser preenchidos, tendo sido finalizado as 09h03min e 09h04min (o que causa estranheza, visto que o documento tem hora de 09:03:44).

Entretanto, o atraso (INFÍMO, IRRISÓRIO) se deu exclusivamente em razão do próprio poder público, visto que o representante da empresa **estava presente para realizar o protocolo no horário**, o mesmo não pode ser impedido de participar do certame por no momento não ter mais de uma pessoa para realizar o protocolo prontamente, visto que estava fazendo o protocolo do outro participante.

Ademais, faz-se necessário esclarecer que **não há nenhuma previsão do edital que considerar-se-á a hora do protocolo para entrega dos documentos**, e também não há essa previsão na lei, devendo ser considerado que o representante estava presente na hora, e inclusive minutos antes, munido dos envelopes para participação do certame, não haveria atraso no início do certame (visto que a sessão iniciou somente às 09h15min) ou qualquer tratamento não isonômico.

Ora, **seria um rigorismo exacerbado e injustificável**, pois o representante da empresa estava na prefeitura no momento de entrega dos envelopes e o protocolo só não ocorreu em razão



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

da desídia do próprio poder público, cabendo a comissão de licitação, na pessoa de seu presidente, tratar a questão de acordo com os princípios intrínsecos e extrínsecos da licitação, considerando o formalismo exagerado.

A jurisprudência do STJ é uníssona nesses casos, considerando o Princípio do Formalismo Moderado, in verbis:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 41 DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES. ATRASO NÃO-VERIFICADO. PRECEDENTE.

[...]2. A recorrida não violou o edital, tampouco a regra constante do art. 41 da Lei 8.666/93, porquanto compareceu à sessão pública de recebimento de envelopes às 8h31min, ou seja, dentro do prazo de tolerância (cinco minutos) concedido pela própria comissão licitante. Com efeito, não houve atraso que justificasse o não-recebimento da documentação e da proposta. 3. **Rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa** (Lei 8.666/93, art. 3º). 4. Recurso especial desprovido. (REsp 797.179/MT, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, em 19/10/2006)

O entendimento de longa data do Superior Tribunal de Justiça é que as disposições do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de maneira a permitir a participação do maior número possível de concorrentes, sem prejudicar a administração e os interessados no certame. Isso visa viabilizar a busca pela proposta mais vantajosa dentre as diversas, sem causar prejuízos (MS n. 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado, DJU 10.08.1998). Bem, o atraso de 3 minutos, não trouxe nada de benéfico para ninguém, além da outra empresa participante, que ficou sem concorrência, mas foi prejudicial para o Poder Público Municipal de Água Doce/SC.

Ora, a decisão da nobre comissão, não foi ao encontro de que **a participação** traria algum prejuízo ao certame, pelo contrário, a **não participação** trouxe prejuízo ao certame e ao licitante, ocorrendo um impedimento ilegal.

Além disso, a decisão da comissão é um ato administrativo, e assim como todo ato administrativo, deve ser revestido de fundamentação, que convenhamos, foi pouca, constou-se no edital o prazo para entrega dos envelopes, sim, mas há de se ter um mínimo de interpretação teleológica-axiológica para entender o motivo de ser fixado um horário, qual seja: Não haver atrasos no início do certame, o que não ocorreu e um tempo hábil para a comissão analisar o credenciamento, o que houve.

O princípio do formalismo moderado reflete a busca pela verdade real, com o objetivo de priorizar a finalidade em detrimento do rigorismo formal.



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

Sobre isso, explica de forma pontual o mestre José dos Santos Carvalhos Filho, nesses termos:

Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, **mas as formas têm que ser vistas como meio para alcançar determinado fim.** Portanto, insistimos em que se tem por **criticável qualquer exagero formal por parte do administrador.** Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa. Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas.

Ou seja, a razoabilidade, a proporcionalidade, o formalismo moderado, foram extirpados em razão de 3 minutos e sem levar em consideração a realidade fática lógica, QUE O REPRESENTANTE ESTAVA PRESENTE, com os envelopes em mãos, não havendo qualquer disposição no edital ou lei que iria se considerar o exato horário que saiu o protocolo para fins de credenciamento, não podendo o prejuízo recair sob o participante se no momento não havia o protocolo disponível, faltando no mínimo razoabilidade da administração pública para o caso.

A nova legislação (Lei 14.133/2021) visando evitar justamente o que ocorreu, e prevalecer o Princípio do formalismo moderado e da vantajosidade em detrimento de uma Administração Pública engessada, previu:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

II - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Além da jurisprudência do STJ, intérprete da legislação federal, os órgãos de controle também possuem o mesmo entendimento sobre o formalismo moderado, cita-se jurisprudência do TCU:

Entende-se o respeito à vinculação ao edital não deve superar os objetivos maiores da licitação, consistentes na ampla concorrência e na seleção da proposta mais vantajosa, sobretudo porque as falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato, somente caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame. (TCU. 002.147/2011-4. Relato: Augusto Sherman, j. 06.12.2011)

A decisão da Eminente Comissão, infelizmente, destacou-se pelo excesso de formalismo, prejudicando a finalidade do procedimento licitatório ao restringir a competitividade e contrariar o disposto no art. 37, inc. XXI, da Constituição da República.

Diante de todo exposto, o impedimento da participação da empresa foi ilegal, em desacordo com os Princípios do Formalismo Moderado, Eficiência, Razoabilidade e Proporcionalidade, e

Rua Christian Schöff, 75 Sala "2" Centro RJQUEZ/SC CEP: 89.895-000
CNPJ: 06.300.204/0001-24 CRC-SC 023552/O-2 Cel: (49) 9934-3311
E-mail: contadores-el@hotmail.com



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

jurisprudência dominante, devendo o ato ser revisto, para em nova sessão ser analisada a documentação de habilitação da empresa CONTARE - ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA, visando alcançar o Princípio da competitividade.

2.2. DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA RG CONTABILIDADE LTDA

A fase de habilitação em uma licitação pública tem como objetivo avaliar as condições de qualificação daqueles que desejam celebrar contratos com a Administração Pública. Os interessados devem cumprir todas as exigências estabelecidas no documento de convocação relacionado a esse aspecto.

Os editais devem solicitar às empresas participantes da licitação os documentos mencionados nos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal n.º 8.666/93. Esses artigos abordam, respectivamente, a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação técnica e a qualificação econômico-financeira.

2.2.1 DA QUALIFICAÇÃO-TÉCNICA DA EMPRESA.

Visto tratar-se de uma licitação pública para contratação de uma assessoria especializada, o edital abrangeu diversas exigências quanto à qualificação técnica operacional e profissional, e a empresa habilitada não cumpriu com diversas delas. Vamos por ordem e de forma sucinta, pois a análise é simples e objetiva:

- d) **Capacitação técnico-profissional:** comprovação do licitante de possuir na data prevista para entrega da proposta, um profissional de nível superior com formação acadêmica em nível de especialização (**pós-graduação, mestrado ou doutorado**) em pelo menos numa destas áreas: (**contabilidade pública, gestão e finanças públicas, administração pública, direito público, direito tributário**), devidamente registrado(s) no(s) órgão(s) de fiscalização, mediante apresentação da(s) cópia(s) da(s) respectiva(s) carteira(s) Profissional(is), e que serão o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços.

Não houve a comprovação de registro no órgão de fiscalização, mediante a apresentação da **carteira do profissional do responsável técnico pela execução dos serviços**.

- e) **A qualificação da equipe técnica da proponente:** Apresentação de declaração formal e escrita, por meio da qual, a proponente se responsabiliza pela indicação dos membros que irão compor sua **EQUIPE TÉCNICA** e que participaram da condução e execução dos serviços, com a devida identificação das atribuições de cada envolvido.

A empresa apresentou uma declaração, porém sem mencionar qualquer nome, portanto não havendo a identificação das atribuições de cada envolvido da equipe técnica, porque a empresa



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

simplesmente não mencionou quem será a equipe técnica, tendo juntado a declaração somente da alínea b) do item 5.1.6. e não a declaração prevista no item 5.1.4, alínea e).

Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, para cada área de atuação, fornecida por pessoas de direito público ou privado em favor da licitante nos últimos 5 (cinco) anos, contendo, para fins de verificação da compatibilidade e pertinência do seu conteúdo em relação ao objeto desta licitação e suas características e áreas de atuação, na forma abaixo indicada:

O edital solicitou um atestado de capacidade técnica para cada área de atuação, e inclusive trouxe de forma detalhada as áreas:

- I) Assessoria, Consultoria e treinamentos aos profissionais das áreas **Tributária**, para uniformização do conhecimento das práticas e conceitos envolvidos nos trabalhos relacionados ao incremento de arrecadação do ISSQN, relativos às Empresas de Construção Civil, Atividades cartoriais, instituições financeiras e as empresas enquadradas no Simples Nacional e demais atividades constantes na lista de serviços, bem como no incremento do ITBI e das Taxas pelo poder de polícia.
- II) Assessoria, Consultoria e treinamentos em matéria **Financeira**, para uniformização do conhecimento das práticas e conceitos envolvidos nos trabalhos relacionados ao incremento de arrecadação do IRRF, sobre os valores pagos pelo Município a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços, em razão da repercussão geral do **Tema n. 1.130**, estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal – STF.
- III) Assessoria, Consultoria e treinamentos em matéria **Fiscal**, necessárias a **revisão/avaliação de Tributos Federais**, especialmente as contribuições ao PASEP junto à Receita Federal do Brasil.
- IV) Assessoria, Consultoria e treinamentos em matéria **Previdenciária**, na elaboração de um diagnóstico do Município, em razão da repercussão geral do **Tema n. 72**, estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal – STF, bem como, das demais medidas necessárias para viabilizar a compensação destes perante da RFB – Receita Federal do Brasil.
- V) Assessoria, Consultoria e treinamentos em matéria Previdenciária, na **revisão/avaliação da atividade preponderante** e respectivo Grau de Risco observadas no pagamento das contribuições sociais pretéritas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

A empresa juntou apenas um atestado, o que já está em desacordo, visto que o edital solicita, **no mínimo 1 atestado para cada área de atuação**, ou seja, seria um atestado para cada uma das 5 áreas de atuação.

Existindo controvérsia sobre essa questão, de qualquer forma, o atestado juntado simplesmente é impossível de ser considerado idôneo da forma que foi apresentado.

O atestado foi realizado pela empresa LEVEN ENGENHARIA LTDA, que é uma empresa de Engenharia, situada em Videira/SC, e trouxe um copia e cola dos itens I, II, III, IV e V da licitação, contudo, algumas áreas são típicas de Órgãos Públicos, por exemplo, a área III), trata-se de assessoria, consultoria e treinamento em matéria fiscal relativo ao PASEP, ora, empresa nem



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

recolhe PASEP, quem recolhe PASEP é o Município, por qual motivo uma EMPRESA PRIVADA de ENGENHARIA iria contratar uma Assessoria para tratar sobre contribuições do PASEP.

Ainda, o item I), trata-se de Assessoria, Consultoria e treinamento **aos profissionais da área tributária** visando o incremento da arrecadação de ISSQN, relativos às Empresas de Construção Civil, Atividades cartoriais e de instituições financeiras, pronto, agora empresa de Engenharia tem profissional da área tributária que analisa Arrecadação de ISSQN, ITBI e das Taxas do Poder de Polícia, típicas de Entes Municipais ??? muito estranho.

Por fim, o item II), também trata de matéria atinente a órgãos públicos, que é o Tema de Repercussão Geral nº 1.130, estabelecida pelo STF e somente um Órgão Público seria capaz de atestar a realização de tais serviços, jamais uma empresa de engenharia, por ser um serviço incompatível com as atividades destacadas no CNAE da mesma.

É sabido que a legislação permite a apresentação de atestado de capacidade técnica realizado tanto por órgão público, como empresa privada, contudo, os itens I, II e III são de serviços que são realizados para o Poder Público, pois trata-se de assuntos/temas de interesse dos Entes Públicos, não de empresas privadas, com isso, deve-se exigir da forma que o edital solicita, não atendendo o atestado ÚNICO apresentado por empresa privada.

Chamou a atenção a existência de um único atestado e fornecido por uma empresa do ramo de engenharia, que é fora da área contábil ou pública, em diligência própria realizada junto ao INSTAGRAM¹, é possível perceber que é uma empresa que tem como diretor Ilgo **REGALIN** Junior, engenheiro civil, e que tem o mesmo sobrenome do Sr. Igor **REGALIN**, representante da empresa **RG CONTABILIDADE LTDA**, e mesmo nome do pai de Igor com o Junior ao final.

Para não usar outro adjetivo é um mínimo quanto estranho esse atestado, e deve ser desconsiderado, caso a comissão tenha dúvidas, tem o Dever de realizar diligência, solicitando o contrato de execução ou comprovante idôneo que o serviço realmente foi executado, o que é impossível na forma que o edital estipula.

3. DOS PEDIDOS

Diante de todo exposto, requer:

- a) O recebimento e provimento do recurso;
- b) Que seja permitida a participação da empresa CONTARE - ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA, prosseguindo-se com a análise da sua documentação de habilitação em nova sessão pública

¹ <https://www.instagram.com/levenengenharia/>



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda

Assessoria e treinamentos técnicos especializados em contabilidade, finanças, planejamento, controladoria, tributação, Recursos Humanos e gestão pública.

e posteriormente com as demais fases do certame, de acordo com os Princípios da Legalidade, Formalismo Moderado, Eficiência, Competitividade, Proporcionalidade e Razoabilidade;

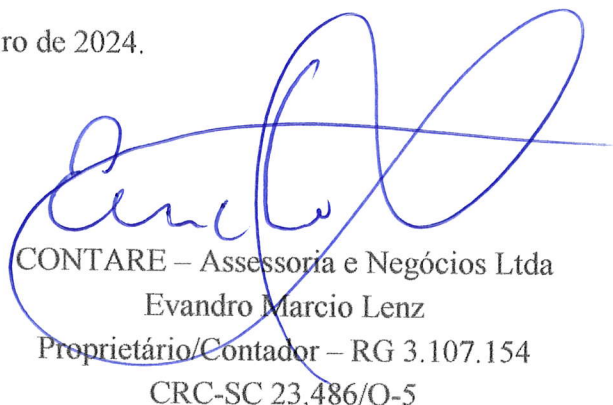
c) Que a empresa RG CONTABILIDADE LTDA, seja inabilitada do certame por descumprimento do item 5.1.4, alíneas d), e), e por não comprovar a qualificação operacional através dos atestados requeridos;

d) Caso não reconsidere sua decisão, que faça subir o presente recurso para julgamento da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, conforme item 10.2 do edital.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Riqueza/SC, 16 de janeiro de 2024.



CONTARE – Assessoria e Negócios Ltda
Evandro Marcio Lenz
Proprietário/Contador – RG 3.107.154
CRC-SC 23.486/O-5